

PROCESSOS PEDAGÓGICOS PARA A LIBERTAÇÃO LATINO-AMERICANA EM PAULO FREIRE E ENRIQUE DUSSEL

PROCESOS PEDAGÓGICOS DE LIBERACIÓN LATINOAMERICANA EN PAULO FREIRE Y ENRIQUE DUSSEL

Pedagogical Processes for Latin American Liberation in Paulo Freire and Enrique Dussel

Carlos José de Melo Moreira ¹

Amauri Carlos Ferreira ²

Verônica Lima Carneiro Moreira ³

Resumo: Este artigo tem como objetivo examinar os processos pedagógicos voltados para a libertação latino-americana, fundamentando-se no pensamento de Paulo Freire e Enrique Dussel. A pesquisa foi realizada por meio de abordagem qualitativa e bibliográfica, dialogando com obras centrais desses autores e com estudos críticos sobre educação emancipatória. Em Freire, destaca-se a pedagogia do oprimido, que propõe o diálogo e a conscientização como práticas de superação da opressão; em Dussel, a filosofia da libertação enfatiza a ética da alteridade e a responsabilidade diante dos excluídos. Os resultados indicam que ambos os referenciais oferecem subsídios para repensar a escola como espaço de resistência à colonialidade do saber e de valorização da cultura popular. Além disso, evidenciam que a educação emancipatória exige práticas pedagógicas comprometidas com a dignidade humana, a participação democrática e a justiça social. No cenário contemporâneo, marcado pelo avanço das tecnologias digitais e da inteligência artificial, as reflexões de Freire e Dussel mostram-se ainda mais relevantes, pois orientam caminhos para enfrentar os riscos da desumanização, fortalecer a conscientização crítica e defender a centralidade da vida e da solidariedade na construção de um projeto de sociedade mais justo e inclusivo.

Palavras-chave: Colonialidade do saber; Educação emancipatória; Ética da alteridade; Conscientização crítica; Tecnologia e sociedade.

Resumen: Este artículo se propone examinar los procesos pedagógicos orientados a la liberación latinoamericana, basados en el pensamiento de Paulo Freire y Enrique Dussel. La investigación se realizó con un

¹ Doutor. Professor Associado da Universidade Federal do Maranhão, UFMA. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-3116-3760> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9019908682723815> E-mail: carlos.moreira@ufma.br

² Doutor. Professor, Adjunto IV e Professor do Programa de Pós Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC-Minas. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4771-3465> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1038910628183279> E-mail: mitolog@pucminas.br

³ Doutora. Professora Associada da Universidade Federal do Maranhão, UFMA. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-3291-4784> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7825456970088645> E-mail: veronica.carneiro@ufma.br

enfoque cualitativo y bibliográfico, analizando obras clave de estos autores y estudios críticos sobre la educación emancipadora. En Freire, destaca la pedagogía del oprimido, que propone el diálogo y la concientización como prácticas para la superación de la opresión; en Dussel, la filosofía de la liberación enfatiza la ética de la alteridad y la responsabilidad hacia los excluidos. Los resultados indican que ambos marcos ofrecen perspectivas para repensar la escuela como espacio de resistencia a la colonialidad del conocimiento y para valorar la cultura popular. Además, demuestran que la educación emancipadora requiere prácticas pedagógicas comprometidas con la dignidad humana, la participación democrática y la justicia social. En el escenario contemporáneo, marcado por el avance de las tecnologías digitales y la inteligencia artificial, las reflexiones de Freire y Dussel resultan aún más relevantes, ya que orientan las maneras de afrontar los riesgos de la deshumanización, fortalecer la conciencia crítica y defender la centralidad de la vida y la solidaridad en la construcción de una sociedad más justa e inclusiva.

Palabras clave: Colonialidad del conocimiento; Educación emancipadora; Ética de la alteridad; Conciencia crítica; Tecnología y sociedad.

Abstract: This article aims to examine the pedagogical processes oriented toward Latin American liberation, based on the thought of Paulo Freire and Enrique Dussel. The research was carried out through a qualitative and bibliographic approach, engaging with the central works of these authors and with critical studies on emancipatory education. In Freire, the pedagogy of the oppressed stands out, proposing dialogue and critical consciousness as practices to overcome oppression; in Dussel, the philosophy of liberation emphasizes the ethics of alterity and the responsibility toward the excluded. The results indicate that both frameworks provide important contributions to rethinking the school as a space of resistance to the colonality of knowledge and of valuing popular culture. Furthermore, they show that emancipatory education requires pedagogical practices committed to human dignity, democratic participation, and social justice. In the contemporary context, marked by the advance of digital technologies and artificial intelligence, the reflections of Freire and Dussel prove to be even more relevant, as they offer pathways to confront the risks of dehumanization, strengthen critical consciousness, and defend the centrality of life and solidarity in building a more just and inclusive society.

Keywords: Coloniality of knowledge; Emancipatory education; Ethics of alterity; Critical consciousness; Technology and society.

INTRODUÇÃO

A América Latina carrega uma trajetória histórica marcada por profundas contradições. Ao mesmo tempo em que reúne uma diversidade cultural singular, fruto do encontro entre povos indígenas, africanos e europeus, convive com um legado persistente de exploração, desigualdade social e dependência econômica. Essas condições estruturais repercutem diretamente na educação, que historicamente foi utilizada como instrumento de reprodução da hegemonia colonial, privilegiando modelos externos e marginalizando saberes locais. A escola, muitas vezes, funcionou como espaço de imposição cultural, silenciamento das vozes populares e preparação de mão de obra subalterna, em detrimento de sua função emancipatória. Diante desse cenário, compreender a função social da educação latino-americana exige examinar não apenas as condições de dominação, mas também as práticas de

resistência que emergiram, reivindicando uma pedagogia comprometida com a justiça social e com a dignidade humana.

É nesse horizonte que se inserem as contribuições de Paulo Freire e Enrique Dussel. Freire propôs a pedagogia da libertação, fundamentada no diálogo e na conscientização crítica como meios de superação da opressão, apresentando a educação como prática de liberdade. Dussel, por sua vez, desenvolveu a filosofia da libertação, que rompe com a centralidade da modernidade eurocêntrica e destaca a ética da alteridade como princípio de reconhecimento e responsabilidade diante dos excluídos. Ambos os pensadores, embora partindo de campos distintos, a educação e a filosofia, convergem na defesa da libertação como um processo coletivo, político e histórico. Suas reflexões permanecem atuais ao fornecer ferramentas para enfrentar os novos mecanismos de dominação, entre os quais se destacam os impactos da globalização neoliberal e da incorporação acrítica das tecnologias digitais e da inteligência artificial à educação básica.

O objetivo geral deste artigo é analisar como os referenciais freirianos e dusselianos oferecem fundamentos teóricos e práticos para processos pedagógicos emancipatórios na América Latina contemporânea. Como objetivos específicos, busca-se: contextualizar os desafios históricos da educação no continente; apresentar os princípios centrais da pedagogia da libertação e da filosofia da libertação; examinar as convergências entre as duas propostas; e refletir sobre sua relevância diante dos riscos de desumanização associados às tecnologias digitais e às inteligências artificiais, especialmente em seus efeitos sobre a escola e sobre o trabalho docente. Para tanto, adotou-se uma abordagem qualitativa e de caráter bibliográfico, baseada no exame de obras de referência de Paulo Freire e Enrique Dussel, além de estudos críticos sobre educação emancipatória e sociedade contemporânea. A metodologia privilegia a análise reflexiva e interpretativa, articulando teoria e realidade latino-americana.

A estrutura do artigo organiza-se em cinco seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção, “Contexto histórico-político da América Latina”, apresenta uma contextualização da educação no continente, destacando como os processos de colonização, dependência econômica e resistência social moldaram o cenário educacional. A segunda seção, “Paulo Freire e a Pedagogia da Libertação”, examina as contribuições do educador brasileiro, com ênfase no diálogo, na conscientização e na prática da liberdade. A terceira seção, “Enrique Dussel e a Filosofia da Libertação”, analisa a proposta filosófica do pensador argentino, centrada na ética da alteridade e na responsabilidade diante dos excluídos. A quarta seção, “Convergências entre Freire e Dussel”, identifica os pontos de diálogo entre a

pedagogia e a filosofia da libertação, mostrando como ambos os referenciais se complementam para a construção de práticas educativas emancipatórias. A quinta seção, “Pedagogia e Filosofia da Libertação em Diálogo Crítico com a Inteligência Artificial”, discute os desafios contemporâneos, considerando o impacto das tecnologias digitais e da inteligência artificial na educação, apontando caminhos para que a escola básica se constitua como espaço de resistência e emancipação. Assim, a pesquisa apresenta uma compreensão de que a educação, quando orientada pelos princípios da dignidade, da solidariedade e da equidade, deve ser concebida como um direito fundamental, constituindo-se em prática política indispensável para a construção de sociedades mais justas, democráticas e inclusivas.

CONTEXTO HISTÓRICO-POLÍTICO DA AMÉRICA LATINA

A compreensão dos processos pedagógicos e filosóficos de libertação na América Latina exige uma análise crítica da trajetória histórica da região. Diferentemente de países do chamado “Norte Global”, que construíram suas instituições educativas a partir de processos de industrialização e consolidação nacional autônoma, a América Latina se desenvolveu sob a marca da colonização, da dependência e da exclusão estrutural de grandes parcelas de sua população.

Desde o início da colonização, no século XVI, a educação foi utilizada como instrumento de dominação. Os colégios jesuítas, por exemplo, tinham como objetivo principal a catequese e a assimilação cultural dos povos indígenas, desconsiderando seus saberes próprios e impondo modelos europeus. Esse processo marcou o início de uma tradição educacional excludente, que privilegiava as elites coloniais e marginalizava as culturas locais. Essa análise histórica ressalta a urgência de compreender a educação latino-americana a partir de uma perspectiva crítica e emancipatória (Oliveira, 2015; Gebara, 2007).

Durante o século XIX, com as independências políticas dos países latino-americanos, esperava-se a construção de sistemas educacionais nacionais que respondessem às necessidades dos povos recém-libertos. Contudo, o que se observou foi a manutenção de estruturas elitistas, nas quais a educação continuava reservada a poucos. Como aponta Zea (1976), a independência política não significou uma verdadeira emancipação cultural, pois as elites criollas mantiveram modelos de pensamento e organização social herdados da Europa. Nesse sentido, Oliveira (2020) complementa que os sistemas educacionais continuaram

reproduzindo desigualdades estruturais, mesmo após a independência, evidenciando a persistência da exclusão social.

No século XX, os desafios se intensificaram com a consolidação de regimes autoritários em diversos países e com a influência crescente dos Estados Unidos na região, especialmente durante a Guerra Fria. A educação foi muitas vezes instrumentalizada como ferramenta ideológica, seja para manter o controle social, seja para difundir modelos de desenvolvimento alinhados ao capital internacional. Nesse período, surgiram também as resistências: movimentos populares, sindicatos, pastorais sociais e iniciativas de educação popular que buscavam construir alternativas. Gebara (2019) destaca que essas resistências constituem práticas éticas e políticas fundamentais, capazes de gerar processos de cuidado comunitário e emancipação social.

É nesse contexto que se insere a obra de Paulo Freire, especialmente a partir da década de 1960, quando propõe um método de alfabetização de adultos voltado não apenas para a aquisição de habilidades técnicas, mas para a conscientização crítica. Sua experiência em Angicos (Rio Grande do Norte, 1963) demonstrou que a educação poderia ser um instrumento de emancipação, gerando receio nas elites e nos regimes militares, que o levaram ao exílio. Segundo Brandão (2002, p. 41), “a pedagogia freireana nasce da realidade concreta dos trabalhadores pobres, colocando-se a serviço de sua libertação”. Essa prática dialoga com as reflexões de Oliveira (2015), que enfatiza a articulação entre pedagogia da libertação e práticas de cuidado comunitário como elementos centrais da emancipação.

Ao mesmo tempo, no campo da filosofia, emerge a proposta de Enrique Dussel, que denuncia a persistência da colonialidade e da dependência cultural da América Latina. Dussel aponta que a modernidade europeia construiu-se às custas da exploração da periferia mundial e que, portanto, qualquer filosofia que ignore essa realidade reproduz a exclusão. Para o autor, a libertação exige partir da perspectiva do “outro”, do pobre, do indígena, do marginalizado. Roig (1993) observa que a filosofia da libertação é, antes de tudo, uma filosofia situada, que não busca imitar modelos externos, mas refletir a partir das condições históricas concretas do continente. Gebara (2007) reforça que a ética da libertação deve considerar gênero, justiça social e interdependência com o ambiente, ampliando a dimensão da emancipação proposta por Dussel.

A segunda metade do século XX foi marcada por processos de redemocratização em vários países e pela emergência de novos desafios, como a globalização e as políticas neoliberais. A educação foi duramente impactada: cortes de investimentos, privatização de

serviços, mercantilização do ensino e aumento das desigualdades. Nesse cenário, as reflexões de Freire e Dussel mantiveram sua atualidade, oferecendo instrumentos teóricos e práticos para resistir às formas contemporâneas de opressão. Oliveira (2020) enfatiza que o diálogo entre tecnologia, educação e pedagogia da libertação é essencial para enfrentar os novos desafios da globalização, garantindo que a educação não se torne mero instrumento de dominação.

Nos últimos anos, a América Latina convive com contrastes: avanços no acesso à educação básica em vários países, mas persistência de altos índices de evasão escolar, desigualdades raciais, exclusão digital e marginalização das culturas populares. A pandemia de COVID-19 intensificou esses problemas, evidenciando a vulnerabilidade das populações mais pobres e a insuficiência das políticas educacionais baseadas apenas em critérios de eficiência.

Diante desse contexto, recuperar a herança crítica da pedagogia e da filosofia da libertação torna-se fundamental para pensar a educação como prática de transformação social. A emancipação educacional deve articular-se com justiça social, cuidado comunitário e reflexão ética sobre os impactos da tecnologia na vida humana. Esse enfoque prepara o terreno para a análise da pedagogia de Paulo Freire, cujos princípios e práticas constituem referência essencial para a construção de uma educação crítica, libertadora e comprometida com a equidade, que será abordada na próxima seção.

PAULO FREIRE E A PEDAGOGIA DA LIBERTAÇÃO

Esta seção tem como objetivo analisar a pedagogia de Paulo Freire, destacando seus princípios fundamentais, conceitos centrais e contribuições para a educação crítica e emancipatória na América Latina, com ênfase em sua aplicação na educação básica. Busca-se compreender como suas ideias se contrapõem ao modelo tradicional de ensino e oferecem caminhos para práticas pedagógicas voltadas à liberdade, à justiça social e à equidade.

Paulo Freire (1921–1997) consolidou-se como um dos maiores educadores do século XX, cuja obra transformou não apenas a prática educativa no Brasil, mas também se tornou referência mundial. Sua pedagogia crítica opõe-se à chamada educação bancária, na qual “o saber é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber” (Freire, 1987, p. 72), reproduzindo relações de opressão e passividade. Em contrapartida, Freire (1987) propôs a educação problematizadora, fundamentada no diálogo e na ação-reflexão, em que educador

e educando constroem conhecimento conjuntamente, reconhecendo-se como sujeitos históricos capazes de transformar a realidade. A pedagogia freireana articula, portanto, ética, política e prática, enfatizando que o ensino é sempre um ato político, e que a escolha é entre reproduzir a opressão ou promover a emancipação (Gebara, 2019).

Outro conceito central na obra de Freire (1967, p. 29) é o de que “a educação deve ser um ato de conhecimento e um ato criador”, indicando que o processo educativo vai além da mera transmissão de informações e deve estimular a compreensão crítica e a intervenção transformadora na realidade. A conscientização crítica, segundo Freire (1987), permite ao educando reconhecer-se como sujeito de sua própria destinação, capaz de intervir na sociedade. A dimensão ética da pedagogia, que integra justiça social, cuidado comunitário e atenção à sustentabilidade, amplia o alcance da prática educativa para além da sala de aula, tornando-a instrumento de formação integral e solidariedade (Oliveira, 2020; Gebara, 2019).

O diálogo constitui o método estruturante da pedagogia freireana. Não se trata de mera conversação, mas de um encontro entre sujeitos, fundamentado no amor, na humildade e na fé na capacidade humana de transformação (Freire, 1992). O diálogo é simultaneamente método e postura ética, reconhecendo a dignidade do outro como sujeito de conhecimento (Brandão, 2002). Essa ética do diálogo amplia-se para a interdependência social e ambiental, fortalecendo a dimensão emancipatória da educação (Gebara, 2007). As experiências concretas de educação popular, como a alfabetização de adultos em Angicos (RN) em 1963, demonstraram que a educação poderia ser instrumento de conscientização política, mobilizando trabalhadores rurais para discutir e transformar sua condição social (Scocuglia, 1999). Essa prática evidenciou a dimensão política e transformadora da alfabetização, tornando-se referência para programas educativos em contextos de opressão.

Freire (1996, p. 31) sintetiza essa perspectiva ao afirmar que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”, reforçando a centralidade da autonomia do sujeito e da formação integral. Sua pedagogia também dialoga com movimentos sociais e religiosos comprometidos com a justiça social, como a Teologia da Libertação e as Comunidades Eclesiais de Base, mostrando que a educação libertadora não se restringe ao espaço escolar, mas articula-se com práticas comunitárias e lutas sociais (Haddad, 2000; Gadotti, 1995).

A dimensão internacional da pedagogia freireana, evidenciada pelo trabalho em países da América Latina, África e Europa durante seu exílio, demonstra a adaptabilidade de seus princípios a diferentes contextos culturais e sociais, mantendo o foco na justiça, na equidade e

no cuidado comunitário (Gadotti, 1995; Oliveira, 2015). No século XXI, suas ideias permanecem atuais e desafiadoras, oferecendo alternativas frente aos modelos neoliberais que reduzem a educação a preparação para o mercado, destacando a necessidade de repensar a escola como espaço de emancipação e liberdade.

Em suma, a pedagogia da libertação proposta por Freire articula teoria e prática, ética e política, ação e reflexão. Ao enfatizar o diálogo, a conscientização crítica e a educação como prática da liberdade, oferece ferramentas para que a escola básica se constitua como espaço de resistência à opressão, promoção da equidade e fortalecimento da cidadania. A pedagogia freireana permanece, portanto, um referencial essencial para a construção de uma educação crítica, solidária e inclusiva, capaz de enfrentar os desafios contemporâneos e de integrar tecnologia e práticas comunitárias sem perder seu compromisso com a dignidade humana, a justiça social e a libertação dos sujeitos historicamente marginalizados.

Compreender os princípios centrais da pedagogia da libertação permite avançar para a análise da filosofia da libertação de Enrique Dussel, cujos fundamentos éticos e filosóficos dialogam com Freire e ampliam a reflexão sobre educação, alteridade e emancipação no contexto latino-americano contemporâneo.

ENRIQUE DUSSEL E A FILOSOFIA DA LIBERTAÇÃO

Esta seção tem como objetivo analisar a filosofia da libertação de Enrique Dussel, destacando seus fundamentos éticos, políticos e sociais, bem como a relevância de sua obra para pensar a educação e a justiça social na América Latina. Ao compreender a trajetória de Dussel, é possível perceber como sua reflexão filosófica se articula com práticas comunitárias e pedagógicas voltadas à emancipação dos grupos historicamente marginalizados.

Enrique Dussel (1934–2022), filósofo argentino radicado no México, é reconhecido como um dos mais importantes pensadores latino-americanos do século XX e início do XXI. Sua obra abrange filosofia, ética, teologia e política, sempre orientada pela perspectiva da libertação. Considerado o principal representante da Filosofia da Libertação, Dussel desenvolveu seu pensamento a partir de um diálogo com os processos de emancipação política, cultural e religiosa da América Latina. Estudos de Oliveira (2015; 2020) e Gebara (2007; 2019) demonstram que a ética e a política dusselianas se articulam com cuidado comunitário, justiça social e responsabilidade ambiental.

Dussel elaborou uma crítica radical à modernidade europeia, evidenciando que o progresso científico e cultural esteve historicamente associado à dominação e exploração de povos latino-americanos, africanos e asiáticos. Para ele, “a modernidade não nasce em si mesma, mas no momento em que a Europa se encontra com a exterioridade que ela conquista” (Dussel, 1977, p. 21). Esse projeto modernizante impõe um olhar europeu como universal, silenciando vozes e experiências locais. A filosofia da libertação surge, então, como resposta a essa exclusão, reivindicando que os povos latino-americanos possam pensar e agir a partir de sua própria realidade histórica. Zea (1976) reforça essa perspectiva ao afirmar que a filosofia latino-americana deve partir da experiência concreta dos povos e não da repetição de sistemas importados.

Uma das contribuições centrais de Dussel é a ética da libertação, apresentada em sua obra *Ética da Libertação na Idade da Globalização e da Exclusão* (1998). Nela, propõe uma ética fundamentada na dignidade do outro, especialmente dos pobres, marginalizados e oprimidos. Para Dussel (1998, p. 29), “a ética da libertação nasce da interpelação do outro que sofre e que exige de mim uma resposta”. Diferentemente de modelos moralistas abstratos, essa ética é situada, concreta e orientada à transformação das condições de exclusão, integrando interdependência social e responsabilidade ambiental (Gebara, 2007; 2019). Roig (1993) ressalta que a filosofia da libertação devolve à ética sua dimensão mais radical, colocando o outro no centro e exigindo engajamento político e social.

Outro conceito-chave na obra de Dussel é o de exterioridade, que identifica os grupos excluídos dos sistemas de poder e conhecimento hegemônicos, como povos indígenas, quilombolas, negros, afrodescendentes, pessoas com deficiência, mulheres e pobres em geral. Para o autor, “o outro, como exterioridade, não pode ser reduzido à totalidade; ele é sempre aquele que me interpela e me questiona” (Dussel, 1977, p. 53). Esse conceito aproxima Dussel de correntes filosóficas como a fenomenologia e o pensamento de Emmanuel Lévinas, mas com foco na ética situada no contexto latino-americano, influenciando também a reflexão sobre tecnologia, educação e justiça social (Oliveira, 2020).

Além da ética e da filosofia, Dussel desenvolveu uma política da libertação, defendendo a organização democrática e a participação popular como formas de emancipação. Em *20 Teses de Política* (2006), o autor enfatiza que a política não deve se reduzir a instituições ou partidos, mas ser compreendida como processo coletivo voltado à transformação das estruturas de opressão. Assmann (2001) observa que a filosofia de Dussel

propõe alternativas concretas de organização social, aproximando seu pensamento de movimentos sociais, pastorais de base e experiências comunitárias na América Latina.

A influência de Dussel é ampla, abrangendo filosofia política, teologia e práticas sociais. No campo teológico, dialogou com a Teologia da Libertação, reforçando a dimensão ética da fé e sua relação com a transformação social. Na filosofia política, sua crítica à modernidade e defesa da democracia participativa influenciaram intelectuais e militantes em diversos países. No século XXI, sua obra permanece atual diante da crise da democracia, do avanço de políticas neoliberais e da exclusão social crescente. Para Dussel (1998, p. 102), “a globalização, ao mesmo tempo em que integra mercados, aprofunda a exclusão de bilhões de seres humanos”.

A ética da libertação dusseliana oferece uma base para enfrentar desafios contemporâneos como pobreza extrema, destruição ambiental, migrações forçadas e violências estruturais. Gebara (2019) destaca que essa ética deve orientar também a educação e a tecnologia, garantindo que inovações não reproduzam desigualdades nem perpetuem formas de colonialidade contemporânea.

Assim, compreender a filosofia de Dussel permite articular ética, política e pedagogia em perspectiva libertadora, estabelecendo fundamentos teóricos e práticos que dialogam diretamente com a pedagogia freireana. Essa conexão prepara o terreno para a análise das convergências entre Freire e Dussel, tema da próxima seção, evidenciando como seus conceitos podem contribuir para uma educação crítica, ética e emancipatória na América Latina.

CONVERGÊNCIAS ENTRE FREIRE E DUSSEL

Esta seção tem como objetivo analisar as convergências entre Paulo Freire e Enrique Dussel, evidenciando como suas reflexões podem orientar uma educação latino-americana voltada à emancipação e à justiça social. Apesar de suas trajetórias distintas, Freire como educador e Dussel como filósofo, ambos compartilham uma visão ética, política e prática que valoriza a dignidade humana, a luta dos povos oprimidos e o compromisso com a transformação social.

Freire e Dussel convergem na rejeição da neutralidade. Para Freire, a educação ou liberta ou domestica; para Dussel, todo pensamento filosófico se posiciona frente à exclusão ou à libertação dos povos. Ambos defendem que a prática educativa e filosófica deve articular

ética, cuidado e justiça social, integrando reflexões sobre os impactos das relações de poder, da tecnologia e das estruturas sociais nas populações marginalizadas. Essa perspectiva reforça que a educação e a filosofia não podem ser reduzidas a atividades técnicas ou neutras, devendo se comprometer com a emancipação dos sujeitos e das comunidades (Gebara, 2007).

Outro ponto central de convergência é o reconhecimento do outro. O diálogo, para Freire, é método essencial de construção do conhecimento, enquanto a ética da libertação de Dussel nasce do reconhecimento do outro como sujeito de dignidade. Brandão (2002) sintetiza essa relação: o diálogo freireano e a alteridade dusseliana exigem que o sujeito reconheça a humanidade do outro e se comprometa com sua libertação. Nesse sentido, educação e filosofia se articulam como práticas que promovem transformação social e cidadania ativa.

Ambos também criticam fortemente o eurocentrismo. Freire denuncia modelos educativos importados que ignoram a realidade local, defendendo a valorização das culturas populares. Dussel, por sua vez, desconstrói a modernidade europeia e propõe uma filosofia enraizada na experiência latino-americana, valorizando saberes indígenas, quilombolas, negros, afrodescendentes e populares. Reconhecer esses saberes não é apenas uma questão cultural, mas também política, ao fortalecer alternativas educativas e tecnológicas que respeitam a autonomia das comunidades (Oliveira, 2020).

A pedagogia freireana e a filosofia da libertação convergem também no horizonte da transformação social. Freire busca formar sujeitos críticos, capazes de agir sobre a realidade e intervir na sociedade, enquanto Dussel propõe uma ética e política de libertação que visa reorganizar a sociedade em bases mais justas e participativas. Assmann (2001) destaca que, em suas respectivas abordagens, ambos projetam uma utopia de sociedade justa, solidária e democrática, articulando teoria e prática de modo inseparável.

As análises de Freire e Dussel mantêm grande atualidade diante dos desafios contemporâneos da América Latina. O avanço do neoliberalismo, caracterizado pela mercantilização da educação, redução da função social do Estado e padronização das práticas pedagógicas, reforça a desigualdade e a exclusão social. Gentili (1996) alerta que a pedagogia neoliberal transforma o direito à educação em privilégio, negando oportunidades iguais. Nesse contexto, os princípios de Freire e Dussel oferecem ferramentas para resistir a esses processos e para promover práticas educativas críticas, participativas e éticas.

A globalização, embora promova integração econômica e tecnológica, também aprofunda desigualdades e marginaliza culturas periféricas. Dussel (1998) observa que a

globalização integra mercados, mas exclui bilhões de pessoas, evidenciando a necessidade de políticas e práticas que valorizem a diversidade cultural e os saberes locais. Freire já enfatizava que denunciar injustiças não basta; é preciso construir possibilidades concretas de transformação social.

Nesse sentido, as convergências entre Freire e Dussel oferecem fundamentos teóricos e práticos para enfrentar exclusão social, pobreza extrema, violência estrutural e precarização da educação. Suas propostas reforçam que a educação e a filosofia não podem se isentar diante das injustiças, devendo se comprometer com a construção de uma sociedade mais justa, democrática e solidária.

Assim, ao articular pedagogia e filosofia da libertação, é possível construir um projeto educativo que valorize ética, cuidado comunitário, justiça social e participação cidadã. Esta análise prepara o terreno para a próxima seção, que buscará integrar essas reflexões à aplicação prática nos contextos educacionais contemporâneos, indicando caminhos para implementar os princípios de Freire e Dussel em políticas, currículos e metodologias de ensino.

PEDAGOGIA E FILOSOFIA DA LIBERTAÇÃO EM DIÁLOGO CRÍTICO COM A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

A educação contemporânea enfrenta desafios inéditos diante da expansão das tecnologias digitais e das inteligências artificiais (IAs). A inserção dessas ferramentas nos espaços escolares não é neutra, pois reproduz padrões sociais e epistemológicos que podem reforçar desigualdades e marginalizar saberes locais. Nesse contexto, a pedagogia da libertação de Paulo Freire e a filosofia da libertação de Enrique Dussel oferecem referenciais teóricos essenciais para pensar a educação básica como prática de equidade, inclusão e direito à educação. O objetivo desta seção é analisar como esses referenciais podem orientar uma reflexão crítica sobre o uso da tecnologia na escola, evitando sua instrumentalização e promovendo a emancipação dos educandos.

Freire e Dussel compartilham a convicção de que a educação e o conhecimento não são neutros. A escola, historicamente, reproduziu relações de poder e hierarquias sociais, e sua transformação exige posicionamentos críticos que priorizem a participação ativa dos educandos. A pedagogia da libertação propõe que a aprendizagem ocorra através do diálogo, da problematização e da ação-reflexão, tornando o estudante sujeito de sua própria formação. A filosofia da libertação, por sua vez, enfatiza a ética da alteridade, colocando a dignidade do

outro, especialmente do oprimido e marginalizado, como eixo de qualquer ação social ou educacional. Integrar esses princípios ao contexto tecnológico implica questionar as IAs, avaliando não apenas sua funcionalidade, mas os efeitos que produzem sobre a inclusão, a equidade e o direito à educação.

No uso das IAs, os riscos de reproduzir exclusão social são evidentes. Tecnologias desenvolvidas em centros do Norte Global carregam consigo normas culturais e econômicas que podem invisibilizar saberes locais e experiências comunitárias. Sem mediação crítica, essas ferramentas podem transformar o ensino em prática padronizada e desumanizada, restringindo a criatividade, a participação e a autonomia dos estudantes. A escola emancipatória precisa, portanto, articular tecnologia e pedagogia a partir de critérios éticos e de justiça social, garantindo que todos os educandos tenham acesso igualitário às oportunidades de aprendizagem.

A prática da equidade requer que professores e gestores considerem as diferenças sociais, culturais e econômicas ao planejar e implementar o uso de IAs. O enfoque crítico proposto por Freire e Dussel não rejeita a tecnologia, mas a submete a uma ética da libertação, em que a dignidade humana e o cuidado comunitário são prioridades. Assim, as ferramentas digitais podem ser utilizadas para ampliar o diálogo, promover a reflexão crítica e fortalecer a participação democrática nas escolas. A inclusão deixa de ser apenas um conceito formal e se torna prática concreta, integrando a diversidade de saberes, experiências e necessidades dos alunos.

Fernandes (2020) evidencia que a implementação de tecnologias educacionais sem contextualização adequada tende a reproduzir desigualdades históricas no ensino latino-americano. Ele observa que a escola precisa resistir à colonialidade do saber e reconhecer a centralidade dos conhecimentos locais. Oliveira (2020) reforça que a ética tecnológica deve considerar os impactos sociais da inovação, garantindo que IAs e recursos digitais sirvam à construção de sociedades mais justas e inclusivas. Em termos práticos, isso significa que a implementação de sistemas digitais deve priorizar a acessibilidade, a adaptabilidade pedagógica e a valorização dos estudantes como sujeitos ativos de aprendizagem.

A articulação entre pedagogia e filosofia da libertação evidencia que o desafio contemporâneo não é a rejeição da tecnologia, mas a sua democratização crítica. Freire insistiria que a IA deve ser um instrumento de conscientização, nunca de dominação; Dussel, que deve respeitar a exterioridade e a voz daqueles historicamente marginalizados. Juntas,

essas perspectivas orientam uma prática educativa que articula equidade, inclusão e direito à educação com o uso responsável e crítico da tecnologia.

Em síntese, a integração da pedagogia e da filosofia da libertação à educação básica diante das IAs propõe uma abordagem ética e crítica, em que a tecnologia é subordinada aos princípios de dignidade, justiça social e cuidado comunitário. O compromisso com a emancipação dos educandos exige que professores e gestores incorporem práticas reflexivas, participativas e inclusivas, transformando a escola em espaço de aprendizagem que valorize o saber local, promova a equidade e assegure o direito à educação para todos. Esta perspectiva prepara o terreno para refletir, na conclusão do artigo, sobre a importância de políticas públicas e práticas pedagógicas que consolidem a educação como instrumento de libertação e transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada evidenciou que a pedagogia da libertação, formulada por Paulo Freire, e a filosofia da libertação, desenvolvida por Enrique Dussel, constituem referenciais fundamentais para compreender criticamente os rumos da educação latino-americana. Suas contribuições, construídas em contextos marcados por desigualdade e exclusão, permanecem atuais diante das transformações sociais, políticas e tecnológicas contemporâneas. Ambos os autores colocam a dignidade dos oprimidos e o diálogo como princípios centrais, reafirmando que a educação não se reduz à transmissão de conteúdos, mas constitui prática de conscientização e emancipação, colocando os sujeitos historicamente marginalizados no centro da ação pedagógica.

A reflexão crítica desses referenciais mostra que a educação básica tem responsabilidade decisiva na realização da libertação latino-americana. A escola, situada entre tensões históricas de opressão e possibilidades de transformação, pode reproduzir desigualdades ou promover justiça social. Estruturas educacionais padronizadas, tecnocráticas e desumanizadas reforçam práticas excludentes, enquanto modelos inspirados na pedagogia da conscientização e na ética da alteridade valorizam a cultura popular, reconhecem a diversidade e formam sujeitos críticos e solidários. Esse cenário destaca a necessidade de situar a educação básica no centro de um projeto democrático, inclusivo e emancipatório.

A crescente presença das tecnologias digitais, em especial da inteligência artificial, impõe novos desafios. Embora possam ampliar o acesso à informação e apoiar processos de

aprendizagem, essas ferramentas tendem a reproduzir lógicas de dominação quando utilizadas sem reflexão crítica. A pedagogia e a filosofia da libertação fornecem instrumentos teóricos e éticos para avaliar se a tecnologia serve à vida, à solidariedade e à dignidade humana ou se reforça padrões de dependência e exclusão. Nesse contexto, cabe à escola desenvolver práticas pedagógicas que incorporem a tecnologia de forma crítica, promovendo diálogo, criatividade e participação ativa dos estudantes, evitando a adaptação passiva a modelos impostos.

Revisitar os pensamentos de Freire e Dussel revela que a libertação latino-americana não é apenas um exercício teórico, mas um compromisso político, ético e pedagógico. Suas obras reafirmam que a transformação social começa na escola, por meio de práticas que resistem à opressão, valorizam saberes locais e integram criticamente a tecnologia. Em tempos de desigualdades crescentes e de influência ampliada da inteligência artificial, torna-se imperativo reafirmar a educação básica como espaço de equidade, direito à educação, solidariedade e inclusão.

A pedagogia da libertação e a filosofia da libertação permanecem, assim, como convites a reinventar a escola, transformando-a em território de resistência criadora, construção de sujeitos autônomos e promoção de futuros mais humanos, críticos e inclusivos. Elas oferecem parâmetros éticos e práticos para que a educação se constitua como ferramenta de emancipação e como prática efetiva de justiça social, alinhando tecnologia, saberes populares e participação comunitária em prol de uma sociedade mais equitativa.

REFERÊNCIAS

- ASSMANN, H. **Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- BRANDÃO, C. R. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2002.
- DUSSEL, E. **20 teses de política**. Petrópolis: Vozes, 2006.
- DUSSEL, E. **Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- DUSSEL, E. **Filosofia da libertação**. México: Edicol, 1977.
- FERNANDES, C. **Educação crítica e colonialidade do saber: desafios da escola latino-americana**. *Perspectiva: Estudos em Educação*, Florianópolis, v. 38, n. 2, p. 521–540, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/QNFfyWnN7SSjVHG98trbWvB/?lang=pt>. Acesso em: 12 ago. 2025.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GADOTTI, M. **Pedagogia da práxis**. São Paulo: Cortez, 1995.
- GENTILI, P. **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- GEBARA, I. **Ecofeminismo e ética da libertação: perspectivas latino-americanas**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- GEBARA, I. **Ética, tecnologia e emancipação: reflexões sobre inteligência artificial**. São Paulo: Loyola, 2019.
- HADDAD, S. **Educação popular: utopia latino-americana**. São Paulo: Cortez, 2000.
- OLIVEIRA, I. A. **Pedagogia da libertação e cuidado comunitário: justiça social na educação**. São Luís: EDUFMA, 2015.
- OLIVEIRA, I. A. **Tecnologia e pedagogia da libertação: desafios contemporâneos**. Recife: EDUPE, 2020.
- ROIG, A. **Ética do poder e moralidade da libertação**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- SCOCUGLIA, A. C. **Paulo Freire e a educação popular**. São Paulo: Cortez, 1999.
- SOUZA, J. **Filosofia e liberdade em tempos de tecnocracia: desafios contemporâneos**. *Periagoge*, Brasília, v. 9, n. 1, p. 45–60, 2021. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/periagoge/article/view/1390>. Acesso em: 12 ago. 2025.
- ZEA, L. **Filosofia da história americana**. México: Siglo XXI, 1976.

Recebido em: 01 set. 2025.

Aprovado em: 30 set. 2025.

Publicado em: 10 dez. 2025.